

VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica

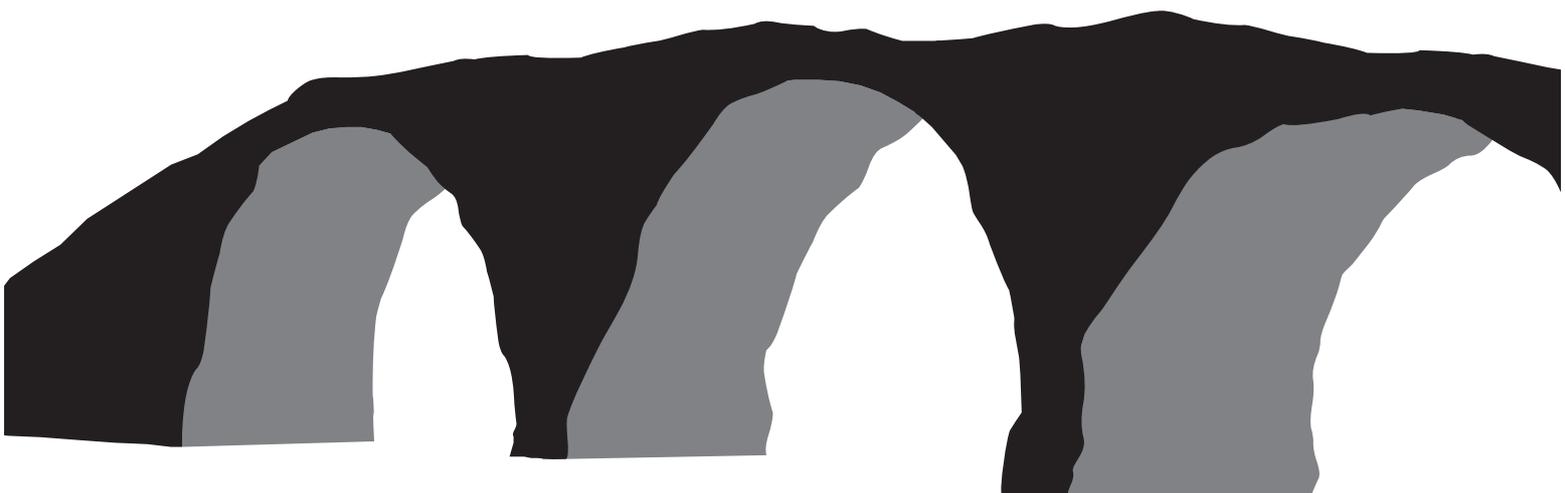
Volume 7 | Número 1 | Janeiro – Junho 2013

ISSN 1981-5875

**INTRODUÇÃO: ARQUEOLOGIA
DA DIÁSPORA AFRICANA NO BRASIL**

**INTRODUCTION: ARCHAEOLOGY
OF AFRICAN DIASPORA IN BRAZIL**

Marcos André Torres de Souza



Data de recebimento: 14/4/2013

Data de aceite: 26/4/2013

INTRODUÇÃO: ARQUEOLOGIA DA DIÁSPORA AFRICANA NO BRASIL

INTRODUCTION: ARCHAEOLOGY OF AFRICAN DIASPORA IN BRAZIL

Marcos André Torres de Souza¹

INTRODUÇÃO

Este número da revista *Vestígios* organiza-se em torno de um tema que nos intriga e desafia, cuja importância tem se mostrado crescente no Brasil: a Diáspora Africana.

Ainda que a produção arqueológica nesse tema ainda esteja aquém do necessário, já temos delineadas algumas linhas de investigação e eixos teóricos que, em larga medida, tem nos orientado em nossas pesquisas (sínteses recentes desses estudos podem ser encontradas em Singleton and Souza 2009, Symanski 2009).

Um dos traços mais salientes dessa arqueologia está no fato dela envolver o deslocamento forçado, e em uma escala global, de um número muito alto de pessoas. A estimativa é que aproximadamente nove milhões e meio de africanos desembarcaram nas Américas e na Europa e, desse total, aproximadamente quatro milhões e meio desembarcaram no Brasil, o que nos faz a maior região escravagista do Mundo Moderno (Curtin 1969, Curto and Lovejoy 2004:11). Somam-se a esse número os descendentes desses africanos, que compunham parte expressiva da população brasileira. Levando em conta a extensão, os impactos e as inter-relações desses deslocamentos, as análises mais recentes, não só no Brasil, mas também em outras partes das Américas, têm se voltado a um esforço em considerar a perspectiva atlântica como uma ferramenta heurística (Ferreira 2009, Gijanto and Horlings 2012, Ogundiran and Falola 2007, Singleton 2010, Singleton and Souza 2009). Por meio dessa perspectiva, torna-se mais viável, por exemplo, analisar os impactos dos deslocamentos de africanos no contexto atlântico, estabelecer relações entre grupos historicamente relacionados e muitas

¹ Professor adjunto do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: torresdesouza@yahoo.com

vezes separados por grandes distâncias, avaliar os processos de mudança cultural envolvidos com os grupos deslocados ou obter visões mais abrangentes sobre os processos sociais, políticos e econômicos ligados a esses movimentos.

Um procedimento que tem sido adotado por alguns pesquisadores brasileiros e se mostrado metodologicamente eficaz tem sido o de levar em consideração os padrões do tráfico atlântico que, como sabemos, variaram no tempo e no espaço. Esse procedimento mostra-se particularmente útil para o caso brasileiro, uma vez que ocorreu, em algumas situações, a existência de uma alta taxa de africanidade entre escravos (Klein and Luna 2010-73), bem como variações significativas nas conexões de regiões brasileiras com áreas específicas do tráfico na África. Por meio dessa abordagem, tornam-se possíveis algumas aproximações no que se refere à origem dos grupos escravos que compunham o conjunto de trabalhadores de uma dada propriedade, assim como análises comparadas entre diferentes sítios e contextos. O estudo realizado por Symanski e Hirooka neste volume exemplifica esse procedimento. Esses autores identificaram, em um engenho mato-grossense, a predominância de escravos oriundos da África oriental e central e, a partir desses dados, desenvolvem uma análise sobre a manutenção de práticas culturais provenientes dessas duas regiões.

Nas nossas investigações, tem sido de vital importância o uso combinado das fontes documentais e materiais. Acostumamo-nos a considerar que na Arqueologia histórica devemos utilizar essas fontes de forma combinada, o que também pode ser dado como verdadeiro no estudo da Diáspora Africana. Os artigos apresentados neste volume empregam uma variada gama de recursos documentais, servindo como exemplos interessantes das possibilidades que cercam a relação entre cultura material e fontes documentais na Arqueologia da Diáspora Africana.

Um aspecto que exige nossa atenção na investigação de sítios ligados à Diáspora Africana diz respeito aos loci de ação dos escravos. Enquanto a suposta “invisibilidade” dos sítios e estruturas relacionados aos grupos escravos parece ser uma questão já superada (Symanski and Souza 2007:217-218), seguimos buscando novos entendimentos sobre os diferentes locais de atividade e ação desses grupos. Neste volume, Guimarães, Ladeia e Morais apontam para a organização da força de trabalho escravo em diferentes tipos de sítios, bem como para as atividades por eles desempenhadas nesses locais, prestando-nos um importante auxílio nessa tarefa. Apesar de o escravo participar de atividades bastante diversas e, portanto, ter acesso a uma variada gama de lugares e espaços, exige nossa atenção o fato de que muitas das suas esferas exclusivas de interação se situavam além da paisagem dominante. Ao buscar evidências das experiências materiais escravas, incluindo aquelas ligadas a mecanismos de auto-expressão, necessitamos identificar o que

Agostini (2008) denominou “espaços liminares”, aqueles espaços geralmente constituídos como espaços subalternos, espaços alternativos ou espaços de contestação, aqueles espaços que nos exigem perícia para serem identificados do ponto de vista arqueológico.

TEMAS DE PESQUISA E FORMAS DE ATUAÇÃO

Um dos temas mais vibrantes e complexos da Arqueologia da Diáspora Africana envolve as transformações culturais pelas quais os escravos africanos transplantados para o Brasil passaram. Os arqueólogos que vêm trabalhando com a Diáspora Africana no Brasil estão geralmente cientes de que uma das nossas maiores tarefas é a de compreender e explicar como práticas culturais de uma dada região foram forçosamente negociadas, repensadas e transformadas em outra região e em contextos inteiramente novos. Uma série de modelos de mudança cultural bastante influentes (Frazier 1949, Herskovits 1941, Mintz and Price 1992, Thornton 1998), bem como explicações regionais sobre a emergência de práticas culturais influenciadas pelos grupos africanos (Brathwaite 1971, Freyre 1943, Ortiz 1947), tem servido de referência tanto para os pesquisadores brasileiros quanto para os de outras partes das Américas, contribuindo para o delineamento das discussões e debates sobre essa questão.

Em certa medida, essa discussão tem sido problematizada nas Américas de uma forma dicotomizada. Uma dessas abordagens envolve uma perspectiva que poderíamos denominar de afrocêntrica. Essa abordagem foi determinada por autores muito influentes nos estudos afro-americanos, que incluem nomes como o de como Melville Herskovitz (1941) e, em uma perspectiva mais atual e consistente, John Thornton (1998) e James Sweet (2003). Esses autores têm como argumento central a ideia de que os africanos não foram despossuídos da sua cultura em função da travessia atlântica e que eles teriam retido muitas das suas práticas originais. Os arqueólogos que têm trabalhado nesse viés têm procurado acentuar a manutenção e perpetuação de práticas oriundas do continente africano. Algumas análises têm também procurado demonstrar a função organizadora dessas práticas entre os escravos, de modo a que elas servissem como um mecanismo estruturante da sua vida em sociedade. Essas pesquisas têm levado em conta uma variedade de evidências, incluindo as cerâmicas, a arquitetura, os objetos de uso religioso, as práticas de deposição de refugo, o uso do espaço, entre outros.

A outra abordagem está mais preocupada em explorar a emergência de práticas inteiramente novas entre os grupos escravos e a forma como elas foram construídas cotidianamente no contexto da escravidão. Para isso, os arqueólogos têm se baseado, principalmente, no influente trabalho de Mintz e Price (1992).

Os pesquisadores que vêm trabalhando nessa linha têm procurado acentuar a criação de novas práticas materiais entre os escravos do Novo Mundo, ainda que referências ao seu contexto original não sejam descartadas. Estudos feitos, sobretudo, sobre a produção local ou regional de utensílios de uso cotidiano e a criação de comunidades diaspóricas têm, em geral, se favorecido dessa perspectiva.

Apesar de distintas, essas duas abordagens não são mutuamente excludentes, na medida em que, conforme as evidências arqueológicas têm indicado, os escravos, por um lado, lançaram mão de um repertório de informações, conhecimentos e práticas provenientes da África e, por outro, envolveram-se ativamente na transformação de muitas das suas práticas originais. Nesse cenário, nosso desafio tem sido o de entender as complexidades e múltiplas injunções ligadas a esses dois processos. Neste volume, dois estudos de caso exploram mecanismos de retenção e transformação das práticas culturais dos escravos, que nos permitem algumas reflexões importantes sobre o caso brasileiro e suas especificidades. Na sua análise sobre o Engenho Bom Jardim, Symanski e Hirooka apontam a manutenção de memórias e práticas sociais oriundas do continente africano na escravaria dessa propriedade, sendo, algumas delas, referenciadas por meio da cultura material. Segundo esses autores, tais práticas permitiram o desenvolvimento de um forte senso de identidades africanas dentro daquela comunidade. Em sua análise sobre outro contexto rural, desta vez na região sudeste, Agostini examina uma situação distinta, na qual identifica, em uma propriedade rural do litoral norte de São Paulo, uma série de práticas culturais híbridas, ligadas ao universo religioso português e africano, que se apresentam como resultante do diálogo entre diferentes tradições e agentes.

Um tema igualmente popular na Arqueologia da Diáspora Africana no Brasil diz respeito às relações de poder estabelecidas entre senhores e escravos. Diversos estudos feitos por pesquisadores brasileiros têm apontado para as relações assimétricas que se estabeleceram entre esses dois segmentos. Análises têm indicado alguns dos mecanismos de dominação empregados pela população livre. Essas investigações indicam que esses mecanismos não se resumiam só a prescrições legais ou à existência da escravidão como instituição social. Pesquisas realizadas no Brasil têm mostrado que esses mecanismos de dominação foram amplamente empregados por meio da manipulação da cultura material, de modo a reforçar as diferenças que existiam entre livres e escravos e fortalecer as hierarquias sociais. Os estudos publicados até o momento envolvem categorias materiais bem diversas, incluindo a arquitetura, o mobiliário, os itens usados no consumo de alimentos e as vestimentas (Singleton and Souza 2009:455-458, Symanski 2009:12-14).

Algumas pesquisas têm indicado também que os escravos não reagiram passivamente a essas estratégias, lançando mão da cultura material para resistir às vontades da classe livre e senhorial. Os quilombos, estudados ainda de forma tímida na Arqueologia, são testemunhos veementes da chamada “resistência aberta”. Evidências têm mostrado também que, mesmo no contexto da vida em cativeiro, os escravos procuraram se diferenciar e, em muitas instâncias, resistir. Entre as principais categorias materiais analisadas, podemos destacar os cachimbos e cerâmicas utilitárias, que, além de expressar diferenças culturais, podiam funcionar como antíteses da cultura material empregada pela classe dominante. Análises sobre outros tipos de artefatos também têm sido feitas. Estudos realizados em diferentes regiões têm mostrado que, por exemplo, os escravos lançaram mão de critérios distintos quando tinham a oportunidade de adquirir louças para seu próprio consumo, negando-se a aceitar com passividade os critérios empregados pela população livre (Singleton and Souza 2009:455-458,460-462, Symanski 2009:12-14).

Uma questão que tem se imposto com crescente relevância diz respeito a algumas das limitações dos modelos explicativos baseados na oposição dominação x resistência, na medida em que existe um campo de possibilidades bastante fugidias entre esses dois extremos. Na sua tentativa de operacionalizar o conceito de “acomodação resistente” na Arqueologia, Garman (1998) foi um dos primeiros autores a chamar a atenção para existência de relações de poder que se colocam além dessa separação. Neste volume, Agostini elaborou uma interessante discussão sobre o possível envolvimento de Joaquim Pedro, o dono da propriedade por ela estudada, com ritos do catolicismo popular, práticas ligadas ao universo profano e religiões de matriz africana. A autora assinalou a possibilidade de processos dinâmicos e interdependentes nas práticas religiosas dos senhores e escravos nesse sítio, que estão colocadas além do binômio dominação-resistência. Tão interessante quanto essa situação é o fato de Joaquim Pedro ser pardo, uma categoria social que, durante os séculos XVIII e XIX, teve uma posição ambígua na sociedade. Em Ensaio sobre a tristeza brasileira, de 1928, uma das primeiras obras do século XX a tentar explicar o povo brasileiro, o modernista Paulo Prado observou que, dada a profunda miscigenação acontecida no país, “já não se sabe mais quem é branco e quem é preto” (Prado 1981). O fato é que, com precisão, nunca se soube. Essa incerteza fez com que os pardos, como categoria social, construíssem-se levando em conta os diferentes contextos nos quais estavam inseridos, colocando-se, assim, ora como servis, ora como livres comuns; eles podiam ser vistos com descrédito pelos brancos ou como arrogantes e seguros da sua distinção social pelos negros.

A questão é que, conforme notou Pessoa (2007:212), essa condição ambígua dava margem para a barganha e a negociação social, um tipo de negociação que escapava inteiramente das oposições clássicas do tipo branco/negro, livre/escravo e dominante/dominado.

Uma lacuna nas investigações sobre a Diáspora Africana no Brasil até o momento realizadas diz respeito ao período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Em sua análise, Guimarães, Ladeia e Morais examinam esse momento, entendendo-o como um processo. Embora seu artigo se foque em aspectos mais gerais, apresentam elementos que demonstram o rico – e muitas vezes inusitado – espectro de possibilidades presente no estudo da escravidão por meio da cultura material. Ao examinar as antigas ferrovias e estações ferroviárias, os autores se valem da natureza polissêmica da cultura material, argumentando que, às portas da abolição, as estradas de ferro serviram, por um lado, como instrumento de afirmação da economia cafeeira, fortemente baseada no trabalho escravo, e, por outro, como um instrumento de contestação e inversões ideológicas, favorecendo a disseminação dos ideais abolicionistas.

Uma última via seguida pelos pesquisadores, e que chegou com imensa força a partir da década de 1990, diz respeito à dimensão pública da Arqueologia da Diáspora Africana. Parafraseando Charles Orser (1998:78) em sua discussão sobre Palmares, eu diria que se engana quem pensa que a pesquisa arqueológica sobre a Diáspora Africana é só sobre arqueologia. Palmares foi, sem dúvida, um grande ensinamento. As discussões de Scott Allen (2000, 2006) sobre esse sítio demonstraram que, muitas vezes, há uma disjunção entre a produção arqueológica, a expectativa do público em relação às nossas pesquisas e as expectativas das esferas de poder. Na sua abordagem, Allen identificou Palmares como um catalisador de discursos sociais contemporâneos e colocou uma pergunta com a qual muitos de nós nos identificamos: como apresentar os sítios com os quais trabalhamos como um lugar multi-vocal? A construção de discursos multi-vocais têm se constituído como uma das alternativas mais democráticas e viáveis para a construção de diálogos entre arqueólogos e não-arqueólogos, conforme demonstram bem sucedidos exemplos (e.g. McDavid 1997), e sua proposta, além de desafiadora, coloca-se como uma possibilidade de grande pertinência para a interpretação pública dos sítios com os quais trabalhamos.

Cumprir notar que essa questão não emerge só em sítios de alta visibilidade, como Palmares. No caso da minha pesquisa sobre uma unidade rural goiana, deparei-me com uma resistência velada da atual proprietária desse sítio, que via o construtor desse engenho como benevolente e extremamente generoso com seus escravos. Baseado tanto em fontes documentais quanto na cultura material,

construí a percepção de que a vida em cativeiro nesse local não foi diferente das outras, tendo os escravos desse engenho passado pelos mesmos rigores que os de outras propriedades. As tensões oriundas desse desacordo em relação ao tratamento dispensado aos escravos desse engenho só foram quebradas com o desenvolvimento de uma relação de respeito e confiança mútua entre ela e a equipe de pesquisa, e o entendimento de que podemos nos esforçar para construir, conjuntamente, narrativas multivocais e democráticas sobre o passado. Seja qual for o nível, questões sensíveis ligadas à escravidão sempre tendem a emergir, de uma forma ou de outra.

Neste volume, o artigo de Tedesco apresenta uma situação na qual a interpretação e discurso construídos pelos arqueólogos sobre a cerâmica arqueológica proveniente do contexto urbano da Cidade de Goiás (GO), que tem fortes influências culturais dos grupos escravos, antagonizou-se com a percepção das ceramistas locais acerca do conhecimento que possuem sobre seu ofício, que, segundo elas, tem raízes na produção cerâmica indígena. Seu trabalho tem o grande mérito de dissecar de uma forma muito precisa as formas pelas quais ocorreu o processo de desconstrução do discurso sobre o legado escravo e, principalmente, o de construção do discurso sobre o legado indígena. Sua investigação expõe a ação de diferentes agentes sociais nesse tipo de processo. Cabe aqui a consideração da relevância de estudos dessa natureza, uma vez que eles podem nos permitir compreender a construção do que a autora denominou “projetos de memória” e, a par desse conhecimento, prepararmo-nos para estabelecer diálogos mais proveitosos com o público.

Enquanto o artigo de Tedesco dissecar um mecanismo de construção de discursos sobre a cultura material pelo público, o artigo de Lima nos convida à ação. Essa autora apresenta a pesquisa por ela conduzida no o Cais do Valongo (RJ), um dos maiores e mais importantes portos de desembarque de escravos nas Américas, e sua experiência no diálogo com diferentes representantes da comunidade Afro-brasileira durante a execução desse projeto. A autora engajou-se em estabelecer diálogos profícuos com o público acerca desse sítio, que ganhou, em função da sua relevância simbólica, grande visibilidade na imprensa. A abordagem proposta por Lima se liga ao princípio de que nosso ofício tem uma dimensão aplicada e, conseqüentemente, pode ser colocado a serviço da ação política. A relevância desse tipo de envolvimento é clara: quando falamos da escravidão, tocamos inevitavelmente em questões extremamente sensíveis na sociedade brasileira. Não podemos falar ao público sobre os sítios com os quais trabalhamos sem que isso desencadeie reflexões sobre as relações raciais e o racismo no país, a questão das relações de classe, das desigualdades sociais, a questão da marginalidade ou

a questão da afirmação étnica, cultural e religiosa de grupos historicamente desprivilegiados.

Nos Estados Unidos, reflexões dessa ordem estão mais adiantadas. Nesse país, os debates nesse tema ganharam um forte impulso na década de 1990. Ainda que discursos multivocais venham sendo construídos, alguns pesquisadores vêm utilizando o dado arqueológico de uma forma mais dirigida, de modo a denunciar a perniciosidade das relações raciais nesse país ou buscar a reparação de equívocos do passado no que diz respeito à memória dos grupos escravos. Um dos exemplos mais notórios nessa direção vem do trabalho feito por Warren Perry, um afro-americano que tem dedicado suas pesquisas à compreensão dos mecanismos ligados ao racismo no seu país, utilizando para isso uma ótica essencialmente política (e.g. Perry and Paynter 1999).

Embora os artigos apresentados neste volume se constituam apenas em uma amostra dos trabalhos realizados, não dando conta da diversidade de abordagens e interesses que tem motivado os arqueólogos brasileiros a investigar sítios ligados à Diáspora Africana, tocam em algumas das questões mais significativas entre nós no presente momento. O leitor pode não necessariamente concordar com a visão dos autores acerca de um ou outro tema, mas certamente se sentirá convidado a olhar com mais interesse e atenção para a escravidão, seu legado e implicações no tempo atual.

BIBLIOGRAFIA

- AGOSTINI, C. 2008. Espaços estruturais e espaços liminares na ordem escravista: um estudo dos espaços construídos por africanos e afrodescendentes no complexo cafeeiro do século XIX. In: TERRA, C. G. & ANDRADE, R. D. (eds.) Coleção Paisagens Culturais: materialização da paisagem através das manifestações sócio-culturais. UFRJ/EBA, Rio de Janeiro. Pp.
- ALLEN, S. J. 2000. Identidades em jogo: Negros, Índios e a arqueologia na Serra da Barriga. In: ALMEIDA, L. D., GALINDO, M. & ELIAS, J. (eds.) Índios do nordeste: temas e problemas 2. EDUFAL, Maceió. Pp. 245-275
- ALLEN, S. J. 2006. As vozes do passado e do presente: Arqueologia, política cultural e o público da Serra da Barriga. CLIO Série Arqueológica, 20, 81-101.
- BRATHWAITE, K. 1971. The development of Creole society in Jamaica, 1770-1820, Clarendon Press, Oxford,.
- CURTIN, P. D. 1969. The Atlantic slave trade; a census, University of Wisconsin Press, Madison,.
- CURTO, J. C. & LOVEJOY, P. E. 2004. Enslaving connections : changing cultures of Africa and Brazil during the era of slavery, Humanity Books, New York.
- FERREIRA, L. M. 2009. Sobre o conceito de arqueologia da diáspora africana. Métis: história & cultura, 8, 267-275.
- FRAZIER, E. F. 1949. The Negro in the United States, Macmillan Co., New York,.
- FREYRE, G. 1943. Casa-grande & senzala; formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal, J. Olympio, Rio de Janeiro,.
- GARMAN, J. C. 1998. Rethinking “Resistant Accommodation”: Toward an Archaeology of African-American Lives in Southern New England, 1638-1800. International Journal of Historical Archaeology, 2, 133-160.
- GIJANTO, L. A. & HORLINGS, R. L. 2012. Connecting African Diaspora and West African Historical Archaeologies. Historical Archaeology, 46, 134-153.
- HERSKOVITS, M. J. 1941. The myth of the Negro past, Harper & brothers, New York, London,.

- KLEIN, H. S. & LUNA, F.V. 2010. *Slavery in Brazil*, Cambridge University Press, Cambridge ; New York.
- MCDONALD, C. 1997. Descendants, decisions and power: the public interpretation of the Archaeology of the Levi Jordan plantation. *Historical Archaeology*, 31, 114-131.
- MINTZ, S. W. & PRICE, R. 1992. *The birth of African-American culture : an anthropological perspective*, Beacon Press, Boston.
- OGUNDIRAN, A. & FALOLA, T. 2007. *Archaeology of Atlantic Africa and the African diaspora*, Indiana University Press, Bloomington.
- ORSER JR., C. E. 1998. The Archaeology of African Diaspora. *Annual Review of Anthropology*, 27, 63-82.
- ORTIZ, F. 1947. *Cuban counterpoint: tobacco and sugar*, A.A. Knopf, New York, .
- PERRY, W. & PAYNTER, R. 1999. Artifacts, ethnicity, and the archaeology of African Americans. In: SINGLETON, T. A. (ed.) "I, Too, Am America": Archaeological studies of African-American life. University Press of Virginia, Charlottesville. Pp. 299-301
- PESSOA, R. A. S. 2007. *Gente sem sorte: os mulatos no Brasil Colonial*. Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista.
- PRADO, P. 1981. *Retrato do Brasil : ensaio sobre a tristeza brasileira*, IBRASA, São Paulo.
- SINGLETON, T. A. 2010. African Diaspora in Archaeology. In: OLANIYAN, T. & SWEET, J. (eds.) *The African Diaspora and the disciplines*. Indiana University Press, Bloomington. Pp. 119-141
- SINGLETON, T. A. & SOUZA, M. A. T. D. 2009. Archaeologies of the African Diaspora: Brazil, Cuba, and the United States. In: MAJEWSKI, T. & GAIMSTER, D. (eds.) *International Handbook of Historical Archaeology*. Springer, New York. Pp. 449-469
- SWEET, J. H. 2003. *Recreating Africa : culture, kinship, and religion in the African-Portuguese world, 1441-1770*, University of North Carolina Press, Chapel Hill.

- SYMANSKI, L. C. P. 2009. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos 20 anos. In: MORALES, W. F. (ed.) Cenários regionais em Arqueologia Brasileira. Annablume, São Paulo. Pp. 279-310
- SYMANSKI, L. C. P. & SOUZA, M. A. T. D. 2007. O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 33, 215-243.
- THORNTON, J. K. 1998. Africa and Africans in the making of the Atlantic world, 1400-1800, Cambridge University Press, New York.